



**POLÍTICA CORPORATIVA**  
**PC 003 - Dividendos e remuneração dos  
acionistas**

**REGISTRO DAS REVISÕES**

<b>Nº</b>	<b>Data</b>	<b>MOTIVO DAS REVISÕES</b>
<b>0</b>	<b>29/09/2023</b>	<b>Criação da Polític</b>
<b>ELABORAÇÃO</b>		<b>VERIFICAÇÃO</b>
<b>DATA: 29/09/2023</b>		<b>DATA: 29/09/2023</b>
		<b>Ata da Assembleia Geral Extraordinária</b>
<b>ESTE PROCEDIMENTO ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA APROVAÇÃO.</b>		
<b>REQUER TREINAMENTO: [ ] SIM [ X ] NÃO</b>		



## POLÍTICA CORPORATIVA

<b>Código:</b> PC 003	<b>DIVIDENDOS E REMUNE- RAÇÃO DOS ACIONISTAS</b>	<b>Implantação:</b> 29/09/2023	<b>Vigência a partir de:</b> 29/09/2023
--------------------------	--	-----------------------------------	--

### SUMÁRIO

1. ABRANGÊNCIA .....	3
2. FINALIDADE .....	3
3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E NORMATIVA.....	3
4. DEFINIÇÕES.....	3
5. REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS E BASE DE CÁLCULO .....	4
6. DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO .....	4
7. DIVIDENDOS INTERMEDIÁRIOS .....	4
8. PERIODICIDADE E PAGAMENTO .....	4
9. RESERVA LEGAL E RETENÇÃO DE LUCROS.....	5
10. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	5
11. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS.....	5
12. APROVAÇÃO .....	5



## POLÍTICA CORPORATIVA

Código: PC 003	DIVIDENDOS E REMUNE- RAÇÃO DOS ACIONISTAS	Implantação: 29/09/2023	Vigência a partir de: 29/09/2023
-------------------	--	----------------------------	-------------------------------------

### 1. ABRANGÊNCIA

Esta política aplica-se à Companhia de Desenvolvimento de Barra Mansa.

### 2. FINALIDADE

A presente Política foi elaborada nos termos do Estatuto Social, da Lei das Sociedades por Ações, da Lei 13.303, no Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa e demais disposições legais aplicáveis e tem por objetivo definir as práticas adotadas pela Companhia quanto à remuneração dos acionistas, de modo a (i) conferir transparência ao mercado e aos investidores, quando houver, proporcionando-lhes previsibilidade nos rendimentos e (ii) atender aos melhores padrões de governança corporativa.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E NORMATIVA

- a) Decreto Estadual nº 46.188, de 06 de dezembro de 2017.
- b) Lei nº 5025, de 01 de dezembro de 2022.
- c) Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
- d) Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.
- e) Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018: Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- f) Lei nº 5050, de 10 de março de 2023: Estatuto Social da CDBM.
- g) Lei nº 5055, de 18 de abril de 2023: Estatuto Social da CDBM.

### 4. DEFINIÇÕES

Considera-se para efeito desta Política Corporativa da CDBM:

- 4.1. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa:** significa o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa editado e publicado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.
- 4.2. **Companhia:** significa a Companhia de Desenvolvimento de Barra Mansa – CDBM.
- 4.3. **Decreto 46.188:** significa o Decreto Estadual nº46.188, de 06 dezembro de 2017.
- 4.4. **Dividendo Mínimo Obrigatório:** significa o dividendo mínimo assegurado aos acionistas, em cada exercício, conforme previsto no Artigo 44 do Estatuto Social da Companhia.
- 4.5. **Lei das Sociedades por Ações:** significa Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
- 4.6. **Lei 13.303:** significa a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, conforme alterada.
- 4.7. **Lucro Líquido:** significa o lucro apurado pela Companhia em respectivo exercício e correspondente à diferença entre a receita total e custo total.



## POLÍTICA CORPORATIVA

Código: PC 003	DIVIDENDOS E REMUNE- RAÇÃO DOS ACIONISTAS	Implantação: 29/09/2023	Vigência a partir de: 29/09/2023
-------------------	--	----------------------------	-------------------------------------

- 4.1. **Lucro Líquido Apurado:** significa o valor do Lucro Líquido após diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
- 4.2. **Política:** significa a presente Política de Dividendos e Remuneração aos Acionistas da Companhia.

### 5. REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS E BASE DE CÁLCULO

- 5.1. A remuneração aos acionistas se dará sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio.
- 5.2. Os juros sobre o capital próprio declarados serão considerados como Dividendo Mínimo Obrigatório.
- 5.3. A base de cálculo para a remuneração aos acionistas é o Lucro Líquido Apurado.

### 6. DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO

- 6.1. De acordo com o Artigo 44 do Estatuto Social, é assegurado aos acionistas, em cada exercício, Dividendo Mínimo Obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido Apurado.

### 7. DIVIDENDOS INTERMEDIÁRIOS

- 7.1. Na forma do art. 204 da Lei das Sociedades por Ações, a Diretoria deliberará pela distribuição de dividendos intermediários, com o levantamento de balanço e pela distribuição de dividendos em períodos semestrais ou menores (inclusive trimestrais), à conta do lucro apurado no respectivo balanço, bem como à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros porventura existentes.

### 8. PERIODICIDADE E PAGAMENTO

- 8.1. O Conselho de Administração definirá, até 31 de março de cada exercício, o percentual do Lucro Líquido Apurado a ser distribuído no exercício, observado o Dividendo Mínimo Obrigatório e o limite máximo de 100 % (cem por cento).
- 8.1.1. O pagamento da remuneração aos acionistas será realizado em até sessenta dias, a contar da data da declaração pelo Conselho de Administração, à exceção dos valores referentes ao quarto trimestre, cuja definição ocorrerá na Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as demonstrações financeiras do exercício.
- 8.2. Os dividendos não reclamados dentro de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, prescreverão em favor da Companhia.



## POLÍTICA CORPORATIVA

<b>Código:</b> PC 003	<b>DIVIDENDOS E REMUNE- RAÇÃO DOS ACIONISTAS</b>	<b>Implantação:</b> 29/09/2023	<b>Vigência a partir de:</b> 29/09/2023
--------------------------	--	-----------------------------------	--

### 9. RESERVA LEGAL E RETENÇÃO DE LUCROS

- 9.1. A Assembleia Geral poderá, por proposta do Conselho de Administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.
- 9.2. Os dividendos do exercício decorrentes dos lucros líquidos anuais somente serão distribuídos depois de efetuada a dedução da reserva legal, na base de 5% (cinco por cento) do lucro, até o máximo previsto em lei.

### 10. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1. Sempre que a situação financeira da Companhia, suas perspectivas futuras, suas estratégias de investimento, as condições macroeconômicas e outros fatores considerados relevantes recomendarem, o Conselho de Administração poderá, respeitada a legislação e o Estatuto Social, durante o exercício, alterar o percentual do Lucro Líquido Apurado a ser distribuído, observado o limite máximo fixado na Cláusula 8.1 acima.
- 10.2. Caberá à Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as demonstrações financeiras de cada exercício a aprovação final das condições e dos valores da remuneração aos acionistas.

### 11. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

- 11.1. As atividades abrangidas por esta política serão realizadas respeitando o tratamento consciente de dados pessoais (especialmente os dados pessoais sensíveis), com observância obrigatória às disposições constantes na Lei nº 13.709/2018 – LGPD, na Política de Privacidade a ser criada e na Política de Segurança da Informação da CDBM a ser criada.
- 11.2. Os demais procedimentos omissos nessa norma, relacionados à privacidade e à proteção de dados pessoais, deverão ser executados conforme diretrizes da Política de Privacidade e Política de Segurança da Informação da CDBM, que vierem a ser constituídas.

### 12. APROVAÇÃO

- 12.1. A presente Política foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de setembro de 2023.
- 12.2. Esta norma entra em vigor a partir da data de aprovação, revogadas as disposições em contrário.

**Barra Mansa, 29 de setembro de 2023.**